

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

O ABUSO SEXUAL E SUAS ABORDAGENS NA INFÂNCIA

Autora: Monalice Rodrigues de Bona Sartor

Orientadora: Profª Esp. Tatiane Ferreira Garcia

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

O ABUSO SEXUAL E SUAS ABORDAGENS NA INFÂNCIA

Autora: Monalice Rodrigues de Bona Sartor

Orientadora: Profª Esp. Tatiane Ferreira Garcia

“Trabalho apresentado como exigência parcial para a obtenção do título de graduação em Pedagogia Licenciatura AJES – Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena”.

JUÍNA/2016

AJES - INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

Profº Me. Caio Fernando Gianini Leite

Profª Ma. Chayene Hackbarth

ORIENTADORA

Profª. Esp. Tatiane Ferreira Garcia

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças que sofrem algum tipo de violência, na esperança de que um dia possamos desfrutar de um mundo mais justo, onde o respeito e o cuidado estejam na base das relações humanas.

EPÍGRAFE

*“Também o céu as vezes desmorona
E as estrelas caem sobre a terra
Esmagando-a com todos nós.
Isto pode ser amanhã.”*
Bertolt Brecht

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A minha orientadora Tatiana Ferreira Garcia, pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho.

Aos meus pais Analice Rodrigues de Miranda e Invanio José de Bona Sartor, que apesar das dificuldades me fortaleceram. O apoio e incentivo dado nas horas difíceis, de desânimo e cansaço foi de fundamental importância para a conclusão dessa etapa.

Aos meus irmãos Evandro R. de Bona Sartor, Luiz Carlos R. de Bona Sartor e Altair R. de Bona Sartor.

Ao meu filho Gabriel que foi a pessoa que mais sofreu com minha ausência durante a graduação.

Aos meus amigos Tani Junior Quinzani e Adriana B. de Aguiar, companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes ao longo de minha trajetória.

A todos os professores mestres e Doutores que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

Este estudo traz como tema o abuso sexual infantil que é um problema bastante antigo e recorrente nas mais variadas sociedades do mundo. No entanto o abuso sexual só passou a ser objeto de pesquisa, divulgação e combate a partir de meados do século XX. No Brasil os estudos começaram posteriormente de modo que a divulgação e o combate só se tornaram realidade de fato na segunda metade desse mesmo século. Sendo assim, as várias esferas públicas e sociais ainda têm dificuldades de tratar ou simplesmente ignoram este tema e com isso as proporções do problema sofrem sérios agravos. Deste modo, o objetivo deste estudo é entender as principais dificuldades enfrentadas pela escola e pelo Conselho Tutelar, que são as instituições que recebem com mais frequência as vítimas de abuso sexual infantil. Neste sentido, este trabalho justifica-se pela importância da escola como mediadora para o diagnóstico e solução dos casos de violência sexual contra a criança. Quanto à metodologia, esse estudo é de cunho qualitativo foi conduzido de acordo com pressupostos teóricos da pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo que procurou ouvir uma Escola Estadual e a unidade do Conselho Tutelar do Estado do Mato Grosso. Ao final desta pesquisa busca entender como estes órgãos costumam proceder diante dos casos de abuso sexual infantil.

Palavras – chave: Abuso Sexual Infantil. Educação. Professor.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relato da coordenadora	27
Quadro 2 - Relato do conselheiro tutelar	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 ABUSO SEXUAL INFANTIL: CARACTERIZAÇÃO	12
2.1 O ABUSO SEXUAL E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL	15
2.2 OS DESENVOLVIMENTOS COGNITIVO E DA SEXUALIDADE INFANTIL	19
3 A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS BRASILEIRAS FRENTE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL	21
3.1 O RELACIONAMENTO ENTRE PROFESSORES E ESTUDANTES: UMA PONTE PARA PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL.....	22
4 METODOLOGIA	26
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	27
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERENCIAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Quando se fala em dificuldade de ensino-aprendizagem nos anos iniciais abre-se um leque de opiniões diante das inúmeras dificuldades que as redes de ensino vêm enfrentando nos dias atuais. Entre essas dificuldades destaca-se nesta pesquisa o abuso sexual, uma vez que este tipo de violência deixa além de consequências físicas, as consequências psicológicas. Geralmente o abuso sexual infantil interfere no desenvolvimento da criança fora e dentro da sala de aula, podendo levá-la ao retrocesso do seu aprendizado e também a complicações que poderão acompanhar o indivíduo nas etapas subsequentes à infância e adolescência (PADILHA, 2007).

Nota-se que muitas das dificuldades encontradas no ambiente escolar, em específico nas séries iniciais (Ensino Fundamental I), são decorrentes de um ambiente familiar desestruturado. A criança por si própria não consegue assimilar os conteúdos por causa das frustrações e traumas que sofrem. Neste sentido, faz-se necessário um trabalho sério e comprometido para que essas crianças no dia a dia sintam-se compreendidas e acolhidas no meio que estão inseridas, seja ele dentro ou fora do âmbito familiar (CRUZ e ROCHA, 2014). Sendo assim, é de fundamental importância tratar desse tema na escola, seja na sala de formação, o em dias específicos para palestras com alunos e pais ou responsáveis em sala de aula. Tratar desse tema nas escolas é uma das melhores alternativas para a prevenção, enfrentamento e até mesmo para a solução do problema.

Mesmo depois de o tema ter alcançado a mídia e ser combatido de forma veemente por órgãos a nível nacional e internacional, falar sobre abuso sexual contra crianças e adolescentes ainda é um obstáculo, um tabu, pois muitas vezes os pais ou responsáveis pela criança permanecem calados, impotentes à situação (SANDERSON, 2005).

Um dos motivos que levou a escolha deste tema foram conversas com professores durante o estágio em uma Escola Estadual do Mato Grosso, no qual os mesmos relatam casos de crianças que apresentam condutas diferentes daquelas que até então mostravam. A partir dessas conversas foi possível perceber como as

crianças vêm sofrendo, uma vez que em alguns casos são ameaçadas até mesmo dentro de seus lares, que na verdade deveria ser um lugar seguro.

Apesar da frequência dos casos de abuso sexual contra a criança ou adolescente, é comum encontrar profissionais da educação que se posicionam como neutros ou não se importam com o tema. Apesar das formações e das atualizações de conhecimentos quanto ao tema, muitos ainda se fecham quando se deparam com uma criança vítima de abuso sexual. Consequentemente essas crianças, que em muitos casos já são agressivas em decorrência da violência que sofrem mais tarde se tornarão também propagadores da violência sofrida na infância (CRUZ e ROCHA, 2014).

Em muitos casos os pais ou responsáveis pela criança não têm conhecimento do caso ou não sabem como procurar ajuda. Muitos trabalham e deixam seus filhos com vizinhos, parentes ou amigos e nem sabem que seus filhos estão passando por essas situações. Um fator agravante da situação são as ameaças sofridas pelas crianças por parte dos agressores e assim, a criança se deixa ser violentada em silêncio, sem chances de defesa. Deste modo, este trabalho justifica-se pela importância da escola como mediadora para o diagnóstico e solução dos casos de violência sexual contra a criança.

Diante dessa problemática, o objetivo é entender as principais dificuldades enfrentadas pela escola e pelo Conselho Tutelar, que são as instituições que geralmente exercem a função de porta de entrada nos casos de abuso sexual infantil.

Quanto aos métodos, esse estudo é de cunho qualitativo e foi conduzido de acordo com pressupostos teóricos da pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo. Lembrando que se busca diálogos com autores que investigam este tema tendo como foco apenas o período da infância, preferencialmente as séries iniciais. Quanto à pesquisa de campo, entrevistamos uma coordenadora de escola pública de ensino fundamental e uma conselheira tutelar para entender como estes órgãos costumam proceder diante dos casos de abuso sexual infantil.

Deste modo, o Capítulo primeiro buscou tecer reflexões sobre alguns assuntos inerentes ao tema dessa pesquisa como no caso da: violência que é um fenômeno presente entre diversas sociedades desde a Antiguidade e que só passou

a ser pesquisado, divulgado e combatido já no século XX; infância que historicamente não era considerada categoria social como na atualidade, sendo outro assunto que só passou a ser considerado e pesquisado no mundo moderno; abuso e exploração sexual infantil que são formas de violência as quais muitas crianças estão expostas.

O Capítulo segundo trata do tema abuso sexual infantil alinhado à educação formal nas séries iniciais do Ensino Básico, lembrando que este trabalho não exclui a Educação Infantil. Dito de outro modo, o olhar do pesquisador está voltado para a infância que vai desde o dia do nosso nascimento até aos onze anos de idade, uma vez que aos doze aos vinte anos de idade sendo o período da adolescência. Neste capítulo buscou fazer reflexões sobre os sinais que a criança abusada sexualmente emite e que muitas vezes o professor ignora por falta de conhecimento.

O terceiro e último capítulo trará os resultados e discussões, ou seja, nele serão expostas as entrevistas realizadas nos órgãos mencionados anteriormente e algumas considerações da pesquisadora sobre o tema. Deste modo, este trabalho busca contribuir com as bibliografias já existentes, oferecendo reflexões sobre o tema que é bastante complexo e exige atenção de todas as camadas e segmentos sociais, inclusive da comunidade escolar.

2 ABUSO SEXUAL INFANTIL: CARACTERIZAÇÃO

A violência, em sentido macro, é um fenômeno presente entre diversas sociedades em torno do mundo desde a Antiguidade e pode ser percebida em textos de gêneros variados como no caso das narrativas mitológicas, dos contos e até mesmo em escrituras sacralizadas. Sua complexidade e dinâmica emergem da vida em sociedade, e por motivos diversos o ser humano passa a exercer sobre outro ser, algum grau de supremacia.

Desta forma, desde os primórdios o ser humano tem se mostrado capaz de lesar, maltratar e matar não só os próprios semelhantes, mas, também seus descendentes. Neste caso, quando o agressor é alguém intrínseco à família, Barbosa (2008, p.19), a define como “violência doméstica intrafamiliar” e nos casos em que o agressor é alguém extrínseco à família, a violência caracteriza-se como “extrafamiliar”.

De acordo com Chauí (1985), a violência não se caracteriza apenas pela violação ou transgressão de normas, regras e leis, mas também pela conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação que caracteriza hierarquia de desigualdade, com finalidade de dominação, exploração e opressão, que se efetiva na passividade e no silêncio do outro. Neste sentido, entende-se que a violência se mostra ligada ao poder, pois se um domina de um lado, do outro lado estará sempre o sujeito dominado, violentado e conseqüentemente, coisificado.

Neves, Castro, Hayeck e Cury (2010) completam que, a violência seria então, qualquer forma de opressão, maus-tratos e agressão, lembrando que estes podem estar tanto no plano físico como no emocional e que contribuem para o sofrimento de uma pessoa.

Estes autores lembram ainda que apesar deste problema ter suas raízes fincadas nos primórdios da humanidade, ele só ganhou destaque a partir de meados do século XX em países do continente europeu e no Brasil, nas últimas décadas do mesmo século, quando tornou-se objeto de preocupação por parte do poder público e também por parte de pesquisadores, visto que tornou-se fonte de estudos científicos em áreas variadas, como Psicologia, Ciências Sociais e Saúde Pública.

Em 1996, a Organização Mundial de Saúde, (OMS) reconheceu a violência como um problema de saúde pública e em 2002 divulgou um relatório em que conceitua a violência como o uso da força física ou do poder, nas formas de ameaça ou consumação, contra si próprio ou outra pessoa, contra um grupo/comunidade que venha resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (LINDA e ETIENNE, 2007).

A violência em um contexto histórico-social atinge todas as faixas etárias, gêneros e classes sociais de modo que permeia os ambientes mais variados e sua existência tem sido comprovada a nível universal, no entanto, esta pesquisa tem como delimitação o abuso sexual infantil que é um tipo de violência intra familiar podendo ser intra domiciliar ou extradomiciliar. De acordo com as estimativas da Organização Mundial de Saúde publicada no de 2002, cerca de 12 milhões de vítimas anualmente, são acometidas por algum tipo de violência (LINDA e ETIENNE, 2007).

Entre as vítimas de violência doméstica, os grupos que estão mais propensos a sofrê-la são as crianças, os adolescentes, as mulheres e os idosos respectivamente, pois representam grupos de maior risco e vulnerabilidade, no entanto, a violência dirigida à criança tem sido considerada um dos mais graves, senão o mais grave devido ao impacto negativo que acarreta ao desenvolvimento infantil, uma vez que as consequências dela afetarão as fases subsequentes.

Os tipos clássicos de violência intrafamiliar reconhecidos são: a violência física, a psicológica, a negligência e a violência sexual. Barbosa (2008) define cada uma delas, mesmo que de forma resumida, no entanto esta vem ao encontro deste estudo, pois mantém como foco a violência sexual infantil, que é o tema central desta pesquisa. Nas palavras da autora.

Passo a fazer uma apresentação resumida dessa tipologia, especificando sua natureza; e, mais singularmente, do conceito de violência sexual, alvo central do presente estudo:

- *Violência física* pode ser definida como o uso da força física de forma intencional, não-acidental, por um adulto sobre a criança, podendo deixar ou não marcas evidentes e, em casos extremos, causar a morte.
- *Violência psicológica* envolve o conjunto de atitudes, palavras e ações para envergonhar, censurar e pressionar a criança, de modo permanente, através de xingamentos, rejeição, exclusão e aterrorizamento.
- *Negligência* refere-se ao ato de omissão do responsável em prover as necessidades básicas para o desenvolvimento sadio da criança, podendo gerar muitas vezes o abandono.

- *Violência sexual* é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente com o intuito de estimulá-las sexualmente ou utilizá-las para obter satisfação sexual. (BARBOSA, 2008, p.24)

Apesar de não se tratar do abuso sexual infantil, a Declaração de Genebra de 1924 foi a primeira normativa internacional que garantiu direitos e proteção às crianças e adolescentes em específicos. Esse advento contribuiu para que outras políticas fossem criadas com intuito de proteger a criança e o adolescente de maus tratos.

Apesar dos casos de violência contra a criança existirem e serem descritos em textos de gêneros e épocas variadas, somente na década de 1960 ganham maior visibilidade pela área da saúde e tornam-se objeto de investigação científica quando em 1962, com o trabalho pioneiro de Silverman, Kemp, Steele, Droegemuller e Silver. Estes médicos radiologista americanos descreveram a *Síndrome da criança espancada* e nesta obra os maus tratos foram caracterizados como um quadro clínico manifestado em tenra idade, cuja criança apresenta lesões inadequadas ou inconsistentemente explicadas pelos pais (RODRIGUES, 2008).

A partir deste trabalho surgiram outros como o de Fontana, que dois anos mais tarde amplia a noção de maus-tratos físicos, proposta por Silverman, Kemp, Steele, Droegemuller e Silverem sua obra, incluindo situações de negligência e privação emocional em uma obra intitulada *A criança maltratada*. A partir dessas pesquisas, os médicos tornaram-se os guardiões morais nos casos de violência infantil, afinal o assunto passou a dizer respeito também à categoria médica, uma vez que anteriormente estava restrita apenas a área jurídica (RODRIGUES, 2008).

No Brasil, de acordo com a mesma autora, a partir de 1973 o caso passou a ser tratado como objeto de estudos científicos. O trabalho que se tornou o marco inicial foi um artigo publicado por professores de medicina da Santa Casa de São Paulo e refere-se a um caso de espancamento de uma criança de um ano e três meses. Neste artigo, os professores fazem uma revisão da bibliografia apontando formas mais adequadas de se fazer o diagnóstico clínico, dificuldades a ele inerentes, prognóstico e as implicações sociais e psicológicas do fenômeno.

A Constituição Federal (Brasil, 1988), no artigo 227, dispõe que a criança deve ser colocada a salvo de qualquer forma de violência, sendo punidos severamente o abuso e a exploração sexual da criança e do adolescente. Para se efetivar a proteção, foi instituída a Lei de número 8.069, denominada de Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Brasil, 1990). Portanto, as maiores conquistas no combate a violência infantil foram a criação da Constituição Federal Brasileira em 1988.

Que, no seu artigo 18, dispõe que crianças e adolescentes devem estar protegidos de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor, devendo sua dignidade ser garantida. A notificação da violência é obrigatória (artigo 245) e cabe aos Conselhos Tutelares adotarem as medidas protetivas cabíveis e incluir a criança na Rede de Proteção. Visto que o país dispõe de leis para a proteção dos direitos da criança, espera-se que a lei seja cumprida e para tal é preciso que a ocorrência do abuso sexual (AS) seja comprovada judicialmente e que o melhor interesse da criança seja atendido.

2.1 O ABUSO SEXUAL E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Historicamente nem sempre a infância foi considerada categoria social, tal como na atualidade, afinal a família moderna trouxe um conjunto novo de atitudes relativas às crianças. Para exemplificar as significativas mudanças que ocorreram ao longo dos séculos, Barbosa (2008, p.20) toma como base reflexiva, uma criança que vivia na da Europa do século XVI. De acordo com a autora, mentalmente a visualizamos vestida como um pequeno adulto e isso é comum pelo fato de que naquela ocasião, a vida da criança se misturava com a vida dos adultos. “Não havia separação dos quartos dos pais, nem a noção de acomodação apropriada para crianças; nem havia jogos específicos para crianças e adultos: para elas, a vida adulta não possuía nenhum segredo.” Somente há pouco mais de dois séculos originou-se a compreensão da infância como período específico.

De acordo com Zoia e Peripolli (2010), quando nos propomos a falar sobre a infância, uma das primeiras idéias que nos vem à memória é a nossa própria infância. Nas palavras dos autores.

Do correr pelos “potreiros”, do subir e descer os pés de bergamota, dos araticuns, dos jogos de futebol com os amiguinhos vizinhos, dos banhos de rio no pequeno riacho ou no assustador Rio Uruguai, das arapucas que armávamos em toda vizinhança, das histórias assustadoras que também nos contavam, da escola, das longas caminhadas para estudar no inverno frio e cheio de neblina do Rio Grande do Sul, ou do verão de sol escaldante. Enfim, falar da infância nos faz lembrar um tempo saudoso e muito agradável de nossas vidas em que vivíamos o presente sem a preocupação com o futuro (ZOIA e PERIPOLLI, 2010, p.10).

No entanto, os mesmos autores alertam que infância vai muito além dessa, descrita como saudável e aparentemente tranquila, vivida na região sul do Brasil. O primeiro aspecto a ser levado em conta é que nem todas as infâncias são iguais, uma vez que as culturas são distintas, ou seja, variam de acordo com valores sociais, regionais, etc.

Em sentido macro, a infância pode ser caracterizada como a fase que compreende o crescimento, maturação e desenvolvimento de uma criança, ou seja, a fase que vai do nascimento até a puberdade. De acordo com Ré (2011) ela pode ser dividida em três etapas e em cada uma delas acontecem evoluções que interferem diretamente nas relações afetivas, sociais e motoras, de modo que vivê-la de forma segura é um importante passo para uma vida adulta equilibrada e saudável. As três etapas da anteriormente mencionadas são divididas de acordo com a idade da criança, sendo que a primeira compreende a fase que vai do nascimento até os três anos de idade, enquanto a segunda vai dos três aos cinco anos e a última vai dos cinco aos dez anos, mais precisamente até o início da puberdade.

Deslandes (1994) afirma que a violência contra crianças geralmente é praticada no âmbito familiar e na maioria das vezes os próprios pais ou responsáveis são os principais agressores. Entre os tipos de violências sofridas no cotidiano familiar destacam-se a agressão física, o abuso sexual, a opressão psicológica, o abandono intencional e a negligência, recentemente descritos no subtópico anterior. Este conjunto de atos danosos são denominados “maus-tratos” e se não forem sanados a tempo geralmente trazem sérias consequências que podem acontecer imediatamente ou no futuro da pessoa que sofreu a agressão.

Cerevs (2012) conceitua a violência sexual contra a criança ou adolescente como o envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa mais velha ou maior, nas quais haja uma diferença de idade, de tamanho ou

poder, em que a criança ou adolescente é usado como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos do opressor, sendo ela incapaz de dar um consentimento consciente devido ao desequilíbrio de poder ou de qualquer incapacidade mental ou física.

Neves *et al* (2010), caracteriza abuso sexual infantil como:

[...] o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (NEVES *et al*, 2010, p.3).

Neves *et al* (2010) define o abuso sexual infantil extrafamiliar como qualquer forma de atividade sexual entre não membro da família e criança ou adolescente, podendo o agressor ser conhecido ou desconhecido da família e de alguma forma ter acesso à criança em ocasiões de visita à família ou mesmo quando goza de algum grau de confiança por parte dos pais ou responsáveis.

Por outro lado, o abuso sexual infantil intrafamiliar, que também é denominado incesto, ocorre quando o agressor é alguém da família. Neves *et al* (2010) expõem cinco formas de relações incestuosas e ocorrem entre: pai e filha; irmão e irmã; mãe e filha; pai e filho; mãe e filho. Mas vale ressaltar que é importante ampliar o conceito e compreender que o abuso sexual perpetrado por avós, tios, padrastos, madrastas, primos e outros também se configura como uma relação incestuosa.

Ferrari e Vecina (2004) lembram que a violência intrafamiliar aparece em qualquer nível social, raça, etnia ou credo, porém, nos casos das classes sociais menos favorecidas há um maior número de denúncias que geralmente são acompanhadas por intervenções dos órgãos públicos. Já as classes sociais mais favorecidas, geralmente se mantêm no anonimato evitando assim as denúncias, silenciando os casos ou encontrando outras formas de resolvê-los.

De acordo com Cerevs (2012), o abuso sexual infantil se divide em três grupos que são e o primeiro deles corresponde aos tipos de abuso que não envolvem contato físico. Algumas das ações praticadas pelo agressor envolvem

discussões abertas sobre atos sexuais destinadas a despertar o interesse da criança ou chocá-la; telefonemas obscenos; convites explícitos ou implícitos para manter contatos sexualizados; exibicionismo (exposição intencional e não natural do corpo nu de um adulto ou de partes dele a uma criança, voyeurismo (espionagem da nudez total ou parcial de uma criança por um adulto); aliciamento pela *internet* ou pessoalmente; estímulo à nudez; e fotografia e/ou filmagem de crianças para gratificação pessoal ou para exposição na *internet*.

O segundo grupo corresponde às ações que envolvem contato físico e entre elas estão: passar a mão no corpo da criança; coito (ou tentativa); manipulação de genitais; contato oral-genital e uso sexual do ânus; beijar a criança na boca, sexo oral (felação¹ ou cunilíngua² no abusador ou na criança), ejacular na criança; colocar objetos na vagina ou ânus da criança; penetrar o ânus com o dedo; penetrar o ânus com o pênis; penetrar a vagina com o dedo; colocar o pênis entre as coxas de uma criança e simular o coito; e forçar a criança a praticar atividade sexual com animais Cerevs (2012).

Já no grupo três, que se refere às ações que envolvem violência física, temos: estupro associado à brutalidade ou mesmo assassinato de crianças como formas progressivamente mais violentas de ataque sexual. E abuso sexual associado ao cárcere privado (CEREVS 2012).

A violência sexual pode acarretar graves prejuízos ao desenvolvimento psicossocial e físico e entre os principais sinais que evidenciam abuso sexual contra a criança e adolescente apresentam: alto nível de ansiedade; tristeza profunda; agressividade; instabilidade emocional; medo ou pavor da figura agressora; confusão de sentimentos em relação à figura agressora (amor e ódio); pensamentos suicidas; exacerbação da sexualidade; isolamento social; regressão no desenvolvimento escolar; dependência de drogas lícitas ou ilícitas; desenvolvimento de condutas anti-sociais; distúrbios do sono; aversão ao próprio corpo ou a pessoas do sexo do agressor; sintomas somáticos; gravidez precoce e indesejada; e doenças sexualmente transmissíveis (CEREVS 2012).

¹S.f Gozo sexual provocado pela sucção; coito bucal. Forma lat. fellatio (sucção). Disponível em www.dicio.com.br/felacao Acesso em: 29 Abr. 2016.

²S.f. Ação de ocasionar ou de proporcionar prazer sexual a uma mulher, a partir da aplicação da boca e da língua (de alguém) na vulva feminina. Disponível WWW.dicio.com.br/cunilingua Acesso em: 29 Abr. 2016.

Outro tipo de violência sexual à que crianças e adolescentes tem sido submetidas no mundo todo é a exploração sexual comercial. Nestes casos existe uma relação de poder na qual prevalece o domínio econômico e a mercantilização do corpo da vítima, ou seja, a criança ou adolescente se tornam vítimas de ações impulsionadas pela precariedade das condições socioeconômicas em que ela ou a família vive. Essas situações vividas por crianças e adolescentes em situação de risco social chamaram a atenção de instituições e do poder público que no artigo 244-A da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) prevê pena de quatro a dez anos de reclusão e multa para quem submeter criança ou adolescente a este tipo de situação– ECA (BRASIL 1990).

Diante do exposto até o momento, nota-se que a violência contra crianças e adolescentes configura-se como um processo endêmico e global e que sua dinamicidade está ligada às culturas e aspectos sociais diversos, existentes no mundo. Percebe-se ao longo das últimas décadas a urgência da promoção de políticas públicas que visam interromper o ciclo da violência, a redução de danos sofridos e a construção de condições de proteção e autonomia das pessoas em situação de violência. Apesar das políticas criadas a partir da Constituição Federal de 1988, que visam preservar a criança e o adolescente, ainda será necessária a criação de outras desenvolvidas, sobretudo pelos estados capitalistas. Referencia Esta é uma conclusão da autora, uma vez que um tópico ou subtópico não deve ser encerrado com citação.

2.2 OS DESENVOLVIMENTOS COGNITIVO E DA SEXUALIDADE INFANTIL

Jean Piaget (1986) realizou estudos inéditos que trouxeram esclarecimentos sobre o modo como se desenvolve a inteligência humana. Tais teorias têm ajudado profissionais das áreas humanas (pedagogos, psicólogos, sociólogos entre outros) que se interessa em compreender como ocorre esse processo, ou seja, o processo da construção do conhecimento na interação entre sujeito e objeto.

Piaget revelou que a inteligência não é inata, ou seja, a criança não nasce inteligente, afinal a inteligência é algo que se modifica de forma gradativa à medida que a criança vai utilizando-a. De acordo com este pesquisador, a princípio a inteligência é sensório-motora e é com ela que a criança adapta-se ao meio. Com o

passar dos meses e até de anos a criança chega então ao momento em que passa da inteligência prática para a inteligência lógica. Dito de outro modo, a criança chega ao estágio em que consegue elaborar hipóteses e resolver situações problema sem a necessária presença de objetos concretos.

O autor esclarece ainda que o conhecimento não é algo acabado e estável, afinal esta aptidão humana está em constante transformação pelo sujeito, impulsionado pelo meio e nesse jogo de ação o conhecimento vai se construindo de acordo com cada etapa em que o ser humano está vivendo.

Ao tecer reflexões sobre os estudos de Piaget, dentro do contexto escolar, percebe-se a importância de respeitar cada etapa da vida da criança e instigá-la na busca pelo conhecimento é a tarefa do professor, que ao fazer uso das teorias deste pesquisador pode compreender como os seus alunos assimilam e acomodam informações, transformando-as em conhecimentos que o acompanharão por toda a sua trajetória de vida. A mesma idéia pode ser transportada para o contexto familiar, afinal se as etapas da construção do conhecimento da criança forem respeitadas, a criança terá plenas condições de desenvolver dentro e fora do âmbito familiar. Caso haja a violação, como o abuso sexual que é o tema central desta pesquisa, a criança terá problemas que poderão se refletir nos demais ambientes que costuma frequentar (GOMES e GHEDIN, 2011).

Sanderson (2005, p.27) alerta que boa parte dos pais se sentem realizados ao responder completamente a muitas das perguntas feitas pelos filhos, no entanto muitos destes pais ficam pouco a vontade quando o assunto é sexo. “Eles podem corar, sentir-se constrangidos, contorcer-se ou comportar-se de maneira confusa. Muitos tentam esquivar-se ou evitam tais perguntas, distraindo a atenção das crianças para territórios mais seguros”, ou seja, desviam a atenção dos filhos conduzindo a conversa para assuntos corriqueiros. Diante dessa dificuldade, entende-se que o contexto escolar é um ambiente oportuno para intervenção nesse problema que é o abuso sexual, desde que tenha no corpo docente a presença de um profissional de psicologia, pois o acompanhar contínuo desse processo de desenvolvimento, desde a primeira infância, fará com que o indivíduo possa se resguardar de problemas futuros como no caso do abuso sexual, gravidez não desejada, promiscuidade ou dificuldades sexuais entre outras.

3 A IMPORTÂNCIA DAS ESCOLAS BRASILEIRAS FRENTE AO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A infância, que como dito anteriormente, é um processo bastante delicado e permeado por construções significativas que a tornará um adulto livre de danos psicológicos ou não. Sendo assim, a escola é o lugar onde a criança vive cotidianamente uma parte significativa do seu dia e consequentemente, uma fase muito importante de sua vida.

Diante disso, a escola tem sido vista como um lugar seguro, adequado às necessidades cognitivas da criança, pois oferece formas diversas de expressão como no caso da oralidade, escrita, leitura, produções artísticas e brincadeiras diversas (GUIRRA, 2012).

Geralmente é na escola que muitas vezes a criança manifesta as suas angústias que podem ser recorrentes de problemas vividos nos mais variados ambientes que costuma frequentar, mas acontece que nem sempre os profissionais que lidam com a criança conseguem fazer esse tipo de leitura ou identificar esses sinais. Neste sentido, Barbosa (2008, p.55) alerta que a neutralidade dos professores “reduplicam as violências sofridas, intensificando ainda mais a angústia da criança que sofre a agressão [...] Trata-se então de reiterar que a escola permanece sem desempenhar uma ação preventiva, embora esta esteja ao seu alcance.”

De fato a escola é o meio mais favorável e comumente usado para a efetivação de inúmeras políticas públicas que visam a construção de conhecimento sobre determinados assuntos, numa tentativa de minimizar ou resolver problemas sociais, como no caso de: uso de drogas, acidentes de trânsito, bullying, abuso sexual na infância ou adolescência e outros (GUIRRA, 2012). Mas vale lembrar que para que isso aconteça é importante que no corpo docente da escola tenha a presença do psicólogo para dar suporte aos professores, coordenadores e diretores.

Em se tratando do abuso sexual infantil as políticas públicas elaboradas no Brasil apontam um leque de possibilidades interventivas e entre eles destacamos as prevenções primária, secundária e terciária. Sobre essas ações preventivas, Padilha esclarece que:

- 1) A prevenção *primária* tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que favorecem o abuso. Ela enfoca escolas e populações de risco no sentido de educar crianças e adolescentes sobre maneiras de se enfrentar o assédio por parte de indivíduos sexualmente agressivos,
- 2) a prevenção *secundária* tem como objetivo a detecção precoce de crianças ou adolescentes em situação de risco, impedindo os atos de violência ou abuso e sua repetição. Atua em situações já existentes e inclui a capacitação de profissionais que lidam diretamente com crianças e adolescentes abusados sexualmente, para promover a redução de *stress* induzido pelo sistema legal que a criança enfrenta;
- 3) no nível de prevenção *terciária* o objetivo é o acompanhamento integral da vítima e do agressor por equipe multidisciplinar, incluindo atendimento médico, psicológico, social e jurídico. Visa melhorar as sequelas de abuso e a probabilidade de efeitos a longo prazo (PADILHA, 2007, p.25/26).

Diante dos esclarecimentos da autora percebe-se que a escola pode atuar de modo seguro e significativo, principalmente nos níveis primários e secundários, que estão relacionados a prevenção e detecção de casos de abuso sexual infantil mediada por uma educação adequada.

3.1 O RELACIONAMENTO ENTRE PROFESSORES E ESTUDANTES: UMA PONTE PARA PREVENÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÃO NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INFANTIL

Existe uma carência de trabalhos que possam ser utilizados para prevenir, identificar e intervir de modo positivo nos casos de abuso sexual infantil no campo educacional e assim os professores tanto da rede pública quanto da particular de ensino não têm conhecimento de como lidar com esse tema em sala de aula.

Para fazer uma abordagem de qualidade, os professores devem em primeiro caso trabalhar esta questão com seus alunos. Assim surge a necessidade de se criar métodos, atividades e abordagens pedagógicas possíveis para tratar da violência contra a criança e os aspectos que este tema envolve, em sala de formação de professores, em sala de aula e em datas estratégicas (BARBOSA, 2008). Geralmente as dificuldades que a maioria dos professores tem ao abordar o assunto vão cedendo espaço ao conhecimento a medida que o tema passa a ser pauta nas salas de formação, em cursos específicos ou até mesmo através de uma busca comprometida e um olhar atento do professor.

Além da falta de conhecimento existe outro aspecto que pode agravar ainda mais a situação, pois muitas vezes professores são tomados pela impossibilidade de escuta e a não visualização dos sinais da violência sofrida em crianças. Barbosa (2008, p.) alerta que essa impossibilidade que cega ou ensurdece o professor pode ser ocasionado pelo desconhecimento e também por um comprometimento emocional presente no professor. Tanto o desconhecimento quanto o comprometimento emocional devem ser tratados, pois professor precisa ver os sinais que o aluno emite.

De fato, o professor não é o único adulto que deixa de ver ou ouvir os sinais que a criança emite afinal muitas vezes os próprios responsáveis por ela acabam não acreditando no que a criança diz e isso pode ser outro agravante da situação que já é bastante complexa. Dar crédito a palavra expressa pela criança sem desqualificá-la é uma atitude importante para a ela se sentir compreendida e escutada, além do mais, o depoimento da criança se encontra amparado na legislação brasileira (FRANÇA, 2015).

Neste sentido, professores devem estar atentos a uma série de sinais que podem vir através das redações, nas encenações de teatro, nas músicas cantadas pelas crianças, no comportamento em sala de aula, nas ilustrações e desenhos diversos. Barbosa (2008) esclarece que na maioria das vezes é nos desenhos e nas redações que as crianças deixam transparecer o intenso conflito traumático que tem dentro de si e assim, os professores devem estar atentos aos desenhos que representam corpos mutilados, uma imagem corporal fragmentada (figuras sem rosto, sem braços, etc), mãos com aspectos diferenciados (que batem, mãos ou dedos em forma de punhal), olhos que espreitam, pessoas sem roupas, órgãos genitais, quarto trancado, prisão com grades e criança chorando. Já nas redações, os pedidos de socorro podem vir em forma de relatos ou denúncias quando os professores trabalham a produção de poemas, contos, músicas, etc.

Outro ponto importante supracitado pela autora são as mensagens emitidas pelas crianças através dos sinais físicos e dos sinais do comportamento. Entre os sinais físicos que podem revelar abuso sexual temos: enfermidades psicossomáticas sem aparente causa clínica (dor de cabeça, erupção na pele, vômitos, cólicas intestinais, etc); doenças sexualmente transmissíveis, coceira, lesão ou sangramento na região genital, infecções urinárias, odor vaginal ou peniano,

corrimento ou outras secreções vaginais ou penianas, dor, inchaço, dificuldade ao engolir, gonorréia na garganta; baixo controle de esfíncteres, incontinência fecal; ganho ou perda de peso; e traumatismo físico ou lesões corporais por uso de violência física (BARBOSA, 2008).

Padilha (2007) lembra também que outros aspectos importantes a serem observados no comportamento dos alunos são: comportamento excessivamente sem limites ou retraído, recusa em assinar o sobrenome, especialmente quando se trata de violência sexual incestuosa por parte do pai, exibir o seu órgão sexual, manipular o corpo de colegas, entre outros.

Enfim, quando a criança apresentar uma expressão fora do comum os professores precisam dar espaço para que o aluno fale sobre o assunto. Dito de outro modo, o professor deve conversar com o aluno sem repreender, pressionar ou desacreditar enquanto averigua se a fala da criança tem coerência ou quais seriam as motivações para tais comportamentos.

Barbosa (2008) lembra ainda que o profissional deve ser sensibilizado para não transparecer seu próprio horror e indignação diante do abuso sexual. Se isso acontecer este comportamento pode ser sentido pela criança como reprovação contra ela, fazendo com que ela se sinta culpada, responsabilizada por alguma coisa.

O não rompimento desta realidade silenciosa pode causar efeitos negativos em longo prazo, uma vez que pode provocar desordens como: ansiedade, depressão, comportamento suicida, abuso de substâncias químicas, variadas formas de disfunções sexuais, problemas de baixa auto-estima e de relacionamentos interpessoais e outros.

Sanderson (2005) elucida que nos casos em que a vítima tem afeição pelo abusador sexual (casos de abuso sexual dentro da família) o amor e o sofrimento são sentimentos entrelaçados e a realidade muitas vezes aparece de forma distorcida, criando ilusões e percepções erradas. Nas palavras da autora.

Elas não conseguem mais confiar em si mesmas, quanto mais em qualquer outra pessoa. Tornando-se confusas sobre como se sentir, se devem ouvir a mágoa e a dor interna ou se devem “curtir” o abuso porque é isso que o abusador deseja. Essa confusão pode ter grandes efeitos danosos sobre a criança tanto a curto quanto a longo prazos. Dúvida e incerteza, medo e

embaraço, culpa e vergonha são coisas que impedem a criança de ir em busca daqueles que poderiam protegê-la(SANDERSON, 2005, p.169).

Nos casos, que envolvem sentimentos da criança com o abusador a criança geralmente opta pelo isolamento para encobrir a vergonha, a culpa ou para que o “segredo” não seja descoberto. O isolamento acaba reforçando o terror e conseqüentemente a vítima se torna ainda mais presa ao abusador e muitas vezes a criança só conseguirá se libertar dessa armadilha, depois de grande o suficiente para encarar o agressor ou fugir dele (SANDERSON, 2005).

O planejamento sempre foi uma necessidade básica para a execução do trabalho humano e na educação, o ato de planejar tem grande importância uma vez que é através dos planejamentos que gestores e professores se organizam e buscam atingir seus objetivos. Contrariando o que muitos pensam a experiência profissional não vem somente do fato de se ter vivido muito, afinal o profissionalismo se faz na reflexão intensa sobre o que se fez e sobre onde se quer chegar (GANDIN, 2007). Deste modo, para que as aulas tenham significado e os professores sucesso no seu trabalho é necessário que façam um exercício da reflexão.

Os professores que planejam suas aulas levando em conta que um determinado problema existe e que pode estar mais próximo do que se imagina, tem mais chances de agir contra ele (GANDIN, 2007). Ao adotar esta postura, os professores terão melhores condições de desenvolver uma grade de atividades que apresenta possibilidades de prevenção, detecção e cessação de possíveis casos de abuso sexual infantil em sala de aula. Para atuar sobre este problema o professor deve primeiramente buscar embasamento teórico em leituras direcionadas aos casos de abuso sexual infantil, de modo que reúna uma quantidade significativa de informações e atividades que podem ser desenvolvidas no cotidiano e que oportunizará uma observação mais atenta do perfil de seus alunos.

4 METODOLOGIA

Este estudo será conduzido de acordo com pressupostos teóricos da pesquisa de cunho qualitativo e caráter bibliográfico com pesquisa de campo. A pesquisa qualitativa caracteriza-se como aquela que trabalha com dados qualitativos, ou seja, a informação coletada pelo o pesquisador não é expressa em números, ou caso eles estejam presentes na pesquisa, eles representam um papel menor na análise (DALFOVO, LANA e SILVEIRA2008).

Já a pesquisa bibliográfica é aquela que pode ser elaborada com base em material já publicado: livros, revistas, jornais, teses, dissertações, anais de eventos científicos, podendo incluir também discos, fitas magnéticas, CDs e outros. Em função da tecnologia da *internet*, esse tipo de pesquisa teve a sua realização facilitada e enriquecida devido a veiculação destes e de outros materiais que estão disponíveis neste suporte (GIL, 2010). A pesquisa bibliográfica constitui-se como método-chave não apenas pela facilidade advinda das pesquisas na *internet* ou pela diversidade de assuntos, mas também por ser capaz de atender aos objetivos tanto do aluno, em sua formação acadêmica, quanto de outros pesquisadores, na construção de trabalhos inéditos.

Quanto à pesquisa de campo Fonseca (2002) a descreve como as investigações que complementarão a pesquisa bibliográfica e/ou documental. De acordo com este autor, a coleta de dados deve ser realizada junto a pessoas que proporcionem maiores esclarecimentos sobre o tema pesquisado. Nesse sentido, na pesquisa de campo buscou-se entrevistar uma coordenadora de uma Escola Pública e um conselheiro tutelar de um município localizado no estado de Mato Grosso por serem pessoas que convivem com crianças e com denúncias de abuso sexual respectivamente.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste trabalho foi realizado uma entrevista com duas pessoas sendo uma coordenadora de uma determinada escola pública e a outra conselheira tutelar de um município do Estado do MT, com a finalidade de discutir o assunto em questão: O Abuso sexual e suas Abordagens na Infância que geralmente envolve muita polêmica e é pouco falado em sala de aula.

A primeira instituição a ser estudada foi uma escola pública de Ensino Fundamental no município do Estado do MT. As perguntas foram realizadas em uma roda de conversa composta pela pesquisadora, diretora, coordenadora e professores dos anos iniciais, no entanto a equipe escolar entrava em consenso e apenas a coordenadora respondeu ao questionário que se segue no Quadro 01. A principal finalidade desta conversa é ter conhecimento das ações da escola frente as suspeitas de abuso sexual infantil e também saber se a escola inclui em seu planejamento diário, semanal, mensal, bimestral, semestral ou anual estratégias que contemplem o tema pesquisado.

Quadro 1 - Relato da coordenadora³

Entrevistadora: “Como vocês atendem crianças em casos de abuso sexual?”

Coordenadora: “Então, aqui na escola nós não vamos dizer que atende criança que sofreu abuso, tem caso que nós desconfiamos, pela atitude da criança em sala de aula, pelos desenhos que eles ou elas fazem, então nós conversamos com o responsável, a pessoa que se apresenta na escola geralmente são as mães ou avó. Nós fazemos indagação pra elas: olha seu filho ou sua filha ultimamente anda mudado, anda com um comportamento mais estranho, recaiu na aprendizagem, está meio desatento, ou ele está agressivo. Falamos do caso como a criança mudou, nós perguntamos pra essa mãe, com quem ele fica em casa? Fica sozinho? Vai fazendo umas indagações para o responsável, não dizendo diretamente que estamos com receio que ele está sendo abusado sexualmente, mais induz a mãe pensar que nós estamos desconfiados disso, porque é muito

³ Entrevista concedida por Coordenadora (14 Abr. 2016). Entrevistadora: Monalice Rodrigues de Bona Sartor, 2016. Áudio de 04:54 min. concedido para cumprimento deste trabalho de conclusão de curso.

complicado afirmar. Então o que a escola faz é nesse sentido conversar com o responsável fazendo essas indagações. Até teve um caso de um menino que estuda aqui, o jeito dele se manifestar, nós desconfiamos que ele estivesse sendo abusado sexualmente, as palavras que ele falava, gestos obscenos, ele era pequeno, os desenhos dele sempre tinham um pênis, desenhava um carrinho tinha um pênis lá, desenhava um bichinho tinha um pênis, em tudo era destacado o órgão sexual. Falamos com a mãe da nossa preocupação, porque no desenho a criança manifesta o que ela sente, às vezes ela não fala com as palavras, mas no desenho ela manifesta.

Entrevistadora: “Qual a reação da família?”

Coordenadora: “Muitas vezes as famílias dizem para nós, que tem sempre alguém para cuidar dos filhos”.

Entrevistadora: “Qual é o papel da escola em relação à criança, em termos de prevenção?”

Coordenadora: “Ano passado teve uma palestra aqui na escola sobre a pedofilia, atenção sempre para os menores, veio uma psicóloga para falar. Em sala sempre falamos para os professores principalmente dos menores, até o quarto ano está introduzindo nas aulas discussões sobre isso, pra não deixar que ninguém toque nos órgãos sexuais deles, que eles são crianças. Tem sim feito um trabalho de formiguinha, não é toda aula que fala, numa hora oportuna sempre fala”.

Entrevistadora: “Qual é o rendimento dessas crianças na escola?”

Coordenadora: “O rendimento das crianças na escola muda, quando ela está com algum problema, que nós até suspeitamos que possa ser agressões sexuais, ela muda seu comportamento, na aprendizagem ela estaciona, até esse caso que foi parar na psicóloga este ano ele está bem melhor essa criança, mas não está ainda 100%, está com comportamentos meio estranhos, mais melhorou. Ele mora com a mãe e o padrasto, tem uma irmã que é só filha da mãe com o padrasto, ele melhorou o rendimento em questão dos gestos obscenos, melhorou um pouco. Rendimento cai, a criança fica triste não era o caso dele, esse menino reagia de forma que queria agarrar as meninas, ele dizia que quando crescesse ele iria estuprar tudo que for moça que aparecesse na frente dele, falamos para a mãe por isso que foi parar no psicólogo, mas em outros casos a criança fica triste, sozinha

não quer ficar perto de ninguém”.

Fonte: Questionário aplicado pela autora, 2016

Na conversa realizada na escola pode se perceber tamanha dificuldade expressada pela coordenadora, quando afirma que não pode dizer “diretamente” para a mãe ou responsável que a criança pode estar sendo abusada sexualmente.

O combate a este tipo de violência não cabe a escola e seus profissionais chamar os pais, quando a criança ou adolescente apresenta uma dificuldade ou problema na escola, o educador tem como procedimento normal convocar os pais ou responsáveis para uma conversa.

No caso dos maus-tratos, chamar os responsáveis pela a criança pode ser prejudicial à criança e ao profissional. A exemplo disso basta analisar que na maioria dos casos de abusos ou maus-tratos, o agressor é alguém da familiar ou pessoas próximas à criança e assim, chamar os pais e/ou familiares pode ocorrer tentativas de represálias, tanto ao educador (por parte dos agressores ou pessoas conviventes com ele) quanto à criança que poderá ser retirada, pelos pais e/ou responsáveis, da escola e até mudar-se de localidade, prejudicando o encaminhamento da criança e perpetuando o abuso (BRINO, GIUSTO E BANNWART, 2011).

Uma vez identificada uma situação de suspeita de maus-tratos contra crianças, qualquer profissional tem a obrigação, segundo o ECA, em seu artigo 245, de comunicar à autoridade competente. Em casos de omissão o profissional recebe como pena uma multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em casos de reincidência (ECA, 2004).

Em primeiro lugar, no artigo do ECA citado acima, há um aspecto a ser destacado que é a situação de suspeita. Não é preciso ter uma confirmação do caso para proceder à comunicação ao órgão competente. Não é papel do educador fazer uma investigação para descobrir ou reunir provas da ocorrência dos abusos ou maus-tratos. Se houver uma suspeita, o profissional tem o dever de fazer a comunicação. Esse é o papel do professor, ficar atento ao comportamento da criança ou adolescente e uma vez que identifique uma suspeita de abusos ou maus-tratos, deve comunicar aos órgãos competentes.

Segunda entrevista foi realizada com o conselheiro tutelar plantonista do dia. A finalidade da entrevista foi trazer maiores informações quanto aos procedimentos

básicos adotados nos casos de suspeita de abuso sexual infantil. O resultado dessa pesquisa pode ser conferido no quadro a seguir:

Quadro 2 - relato do conselheiro tutelar⁴

Entrevistadora: “Nos casos de abuso sexual, quem solicita ajuda?”

Conselheiro tutelar: “Geralmente quem costuma pedir ajuda é a própria vítima, a escola costuma saber dos acontecidos, tem conhecimento, mas preferem não se envolver, assim como a comunidade também tem medo de envolvimento, porque gera transtorno em questão que, você faz denúncia, você vai como denunciante aí você acaba sendo testemunha, então a comunidade não costuma pedir ajuda. Geralmente os casos de abusos quem recorre na grande maioria das vezes, por incrível que pareça, é a vítima. E tem alguns casos que vem do Disque 100⁵, daí não tem como identificar quem fez a denúncia, vamos para a busca ativa averiguar se a denúncia procede”.

Entrevistadora: “Qual é a iniciativa do Conselho Tutelar?”

Conselheiro tutelar: “A princípio, quando pega uma criança que é agredida de abuso sexual é levado para confecção do boletim de ocorrência, depois do boletim de ocorrência o delegado entendendo, solicita o exame de conjunção carnal. Dificilmente o Conselho Tutelar toma ciência se houve mesmo a conjunção carnal ou não, é encaminhado pra rede de atendimento que é a rede que faz o psicossocial que é o CREAS⁶, que é alta complexidade”.

⁴ Entrevista concedida por Conselheiro Tutelar (20Abr. 2016). Entrevistadora: Monalice Rodrigues de Bona Sartor, 2016. 2 áudios de 03:53min.e11:10min. concedido para comprimento de deste trabalho de conclusão de curso.

⁵O Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos que tem a competência de receber, examinar e encaminhar denúncias e reclamações, atuar na resolução de tensões e conflitos sociais que envolvam violações de direitos humanos, além de orientar e adotar providências para o tratamento dos casos de violação de direitos humanos, podendo agir de ofício e atuar diretamente ou em articulação com outros órgãos públicos e organizações da sociedade. As denúncias poderão ser anônimas ou, quando solicitado pelo denunciante, é garantido o sigilo da fonte das informações. A Ouvidoria busca o fortalecimento da rede de proteção e defesa dos direitos humanos, organizando os fluxos de encaminhamentos, procedimentos de acolhida, atendimento e monitoramento das denúncias. Disponível em <<http://www.sdh.gov.br/disque-direitos-humanos/disque-direitos-humanos>> Acessado em 27 Abr.2016.

⁶Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. É uma unidade pública que oferta serviço especializado e continuado a famílias e indivíduos (crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres), em situação de ameaça ou violação de direitos. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-referencia-especializado-assistencia-social.html>> Acessado em 27 Abr.2016.

Entrevistadora: “Quantos casos em média atendem por mês ano?”

Conselheiro tutelar: “Não tenho ciência, mas posso te adiantar que só essa semana teve uns três casos. Só em uma semana! Ainda não deu pra sentar e montar um fluxograma de como que está a questão de abuso, mas o índice ultimamente está bem elevado. Isso só os que chegam de denúncia, fora os que não têm coragem de denunciar, porque uma das situações que tivemos essa semana foi à própria vítima que procurou”.

Entrevistadora: “Qual a reação das famílias?”

Conselheiro tutelar: “Tem diversas reações, depende, no caso que da vítima que o abusador é o próprio padrasto, dificilmente as mães acreditam, na grande maioria das vezes, as mães acreditam que as filhas que são as vítimas possam estar inventando o acontecido. Quando é o caso de vizinho a família é bastante calorosa, compreensiva”.

Entrevistadora: “Relate um caso que te marcou.”

Conselheiro tutelar: “Um caso que marcou muito foi uma denúncia⁷ de que um cuidador, um senhor de 60 anos, abusava de duas meninas de 03 anos. Ele passava o pênis na genital de uma das meninas, ela contava tudo certinho o que ele fazia, a garotinha falava, ‘tia vou te falar uma coisa, tem a minha amiguinha que ele também faz isso com ela, ele pega o piu-piu e fala pra ela colocar na boca’. Pra descobrir quem era a outra menina fomos lá⁸. Uma menina inteligente super inteligente, falei assim ‘vamos conversar?’ Ela sentou no sofá, aquele toquinho⁹ de gente com as perninhas balançando, e falava ‘você que conversa sobre o que?’ Falei ‘quero conversar como que é na escola do tiozinho que cuida de você.’ Ela responde ‘lá na escola eu tenho bastante amiguinho que pinta.’ Então perguntei ‘e o tiozinho que cuida de você?’. A garotinha dizia ah tia essas coisas não posso esta falando pra você não!’ Falei ‘por quê?’ Ela respondeu ‘tem coisas que ninguém pode saber.’ Comecei falar bem baixinho ‘porque ninguém pode saber?’ Ela falava ‘porque isso é coisa que é segredo.’ Perguntei pra ela ‘mais o que é segredo?’ Ela falou ‘ah tia é segredo.’ Eu argumentei ‘ah... então se é segredo conta no meu

⁷ Denúncia anônima feita através do Disque 100.

⁸ A equipe deslocou-se até a residência da criança, contaram para genitora sobre a denúncia feita através do Disque 100 e a mesma permitiu que a equipe conversasse com a criança/vítima.

⁹ Expressão popular que significa “muito pequena”.

ouvido porque o segredo você pode contar no ouvido.'. Ela insistia 'não tia, não pode. Sabe por que não pode contar?' Falei 'por quê?' Ela respondeu 'porque o tio falou que se eu contar ele mata minha mãe.' Perguntei 'o que mais o tio falou?' Ela responde 'assim tia, ele pega o dedo passa na minha perereca e passa a língua na minha perereca, ele disse que é segredo que não pode contar pra ninguém, se eu contar ele vai matar minha mãe.' Finalizei dizendo 'então ta bom. Se é segredo, você não contou pra mim. Nós já somos mocinhas, então nós duas vamos guardar esse segredo. Já nem sei mais o que você falou. O que você falou mesmo?' Nesse instante ela começou a dar risada. Ela é uma criança e é difícil de notar ali um abuso por isso a uma necessidade de um profissional. Se você não entrar no mundinho da infância dela você não imagina que ela sofre abuso. É uma criança que dá risadas, brinca sorridente. Tem outro caso que me deixou intrigada. O caso de uma menina da mesma idade, porém ela afirma que é abusada e ela não foi. Foi encaminhada para rede, porém conselho tutelar e rede fazem estudos de casos e parcerias e um desses estudos foi abordado o caso em questão, dando a entender que a criança estava sendo influenciada pelo genitor. Ela afirma que já foi abusada, já foi feito exames nela, já verifiquei e nada, ela cismo que o primo abusa dela, e toda vez ela fala que o primo abusa dela. O garoto tem problema, tem uma série de problemas em relação ao álcool. Esse menino é vítima de violência doméstica, apanhava demais, tem o corpo todo marcado de correntes, de paulada. Se tirar a roupa dele tem cicatriz grossa de tanto que ele apanhou do pai. Quando ele era pequeno, conheceu o marido de uma tia biológica dele que não pode ter filhos. Quando a tia e este senhor se casaram ela já tinha filhos e ele acabou pegando amor nesse menino. Nas ocasiões em que ele apanhava do pai, o tio ia lá e retirava, e ficava cuidando. Um dia o pai disse 'me dá o menino que ele é meu eu estou indo embora. ' A criança sofreu muito e o tio prometeu 'o dia que ele puder mandar nas próprias pernas, ele vai me achar onde eu estiver. ' Naquela ocasião a criança tinha entre 05 e 06 anos e desde que nasceu ele apanha do pai. Dito e feito! Com 15 anos ele fugiu da cidade onde residia com o pai e veio atrás do tio. De tanto apanhar resolveu fugir, pegando carona. O garoto apanhava e não era pouco. Mediante essa situação, a saída dele era se afundar na bebida. É um menino muito trabalhador e o refúgio dele é a bebida. Por trabalhar muito, não pode estudar e está na cidade, ele se entrega na bebida e fica bêbado. Quando leva ele para o

mato¹⁰ ele trabalha como um condenado. Tem sítio, tem casa, com essa idade ele tem tudo. O tio dele deu pra ele e disse 'estou te dando é seu e você que vai administrar.' É um menino responsável, mas quando vem pra cidade se tem festa ele amanhece na rua. E daí essa menininha é filha da prima dele e cismou que ele abusa dela. Há um conflito entre pai e mãe que são separados. A menina foi morar na casa do pai e ele começou a perguntar. Eu deduzo que deve ter acontecido. Ele deve ter falado tanto do abuso pra essa menina que ela filtrou isso. Um dia aconteceu que ele ficou bêbado pegamos ele na UPA, o levamos pra casa. No outro dia fomos lá, e ela já tinha falado que ele tinha feito coisa com ela. Ela só tem 3 aninhos e relata coisa assim...Que parece que foi escrito pra ela ler. Nos fomos lá na casa dela e ela disse 'ontem o meu primo mexeu comigo, ontem ele começou passar a mão na minha pepeca.' Aí a tia dela falava 'você para de mentir. A hora que ele chegou aqui você já estava dormindo que era de madrugada, e ele chegou bêbado sem condição de mexer com ninguém. E realmente ele chegou bêbado porque nos tínhamos pegado ele na UPA e levado. Essa menina intriga a gente toda vez que ela afirma que ele abusa dela. Nós queremos acreditar que existe uma alienação parental por parte do pai que quer a guarda da menina e o meio dele ganhar a guarda é fazendo essa acusação. Nós temos a certeza que esse menino é inocente. Toda vez que a menina fala alguma coisa sobre abuso, ele esta com a gente. Nós o deixamos em casa, toda vez que acompanhamos o seu estado de embriagues visivelmente o impossibilita de fazer o que a menina relata. Sendo que ele esta medicado em pronto atendimento (segundo medico em estado de coma alcoólico) Agora ele foi para o sítio, foi afastado, mas está respondendo por estupro. E outra coisa, ele nem fala nada porque ele nem sabe do que está sendo acusado, porque a família nunca falou nada pra ele, porque a família esta sempre presente nas ocasiões quem que a menina afirma que o abuso aconteceu. O pai dela é quem está acusando ele. A mãe diz não tem condições porque ele nunca ficou sozinho com ela. A mãe dela disse uma única vez eles ficaram sozinhos, e que aconteceu um fato que poderia ter criado uma ilusão na cabeça do pai da menina. A casa deles é uma casa bem humilde, e não tem porta nos quartos, apenas cortinas. O garoto saiu do banheiro e veio trocar de roupa e a garotinha passou e viu ele de cueca. Mas isso não foi só ela que viu. Foi a mãe a avó todo mundo que estava ali viu. Ele

¹⁰Sítio localizado na Zona Rural.

saiu e entrou rápido, no que ele foi vestir a bermuda ela passou e viu ele de cueca e foi à única vez. Aí eles acham que o pai usou esse fio da linha para ele poder fantasiar tudo isso na cabeça da menina. Enfim, ela reproduz perfeitamente bem. As meninas que eram novatas¹¹ falaram ‘o que é isso?’ Eu só escutando e disse ‘espera lá, vou ver como a gente descobre.’ Ela dizia que ele pegava o piu-piu que dava pra ela segurar, aí eu perguntei ‘mas como é o piu-piu dele?’ A criança que é abusada sabe tudinho, a criança sabe se é pequeno se é grande, se é grosso ela sabe. A garotinha dizia ‘ah tia é piu-piu.’ E não sabe descrever nada mais. Ela não sabia responder, se contradizia, fico indignada como é a mente maquiavélica desse pai. “De certa forma, o pai está abusando da inocência dela”. A genitora tinha uma gravação do pai com vários relatos como acima citado, desta forma foi orientada apresentar estas gravações ao advogado.

Fonte: Questionário aplicado pela autora ano 2016

A conversa com o conselheiro tutelar evidencia o quão presente se faz o abuso sexual infantil, uma vez que o mesmo afirma que em uma semana recebeu três denúncias. Outra observação que pode ser feita é a forma que o conselheiro sugestiona a criança, uma vez que isso acontecer pode vir estragar a prova contamina o relato. Segundo o Código Penal Artigo 136 esclarece que expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina.

Na fala do conselheiro em que menciona a possível existência de manipulação de um dos genitores, seria importante um trabalho em conjunto, ou seja, sempre que o Conselho Tutelar receber a denúncia, deve-se levar o caso, de imediato, ao Ministério Público (art. 136, inciso IV, do ECA), prontificando-se aplicar medidas de proteção à vítima, bem como realizar um trabalho de orientação aos pais ou responsável. A avaliação acerca da efetiva caracterização ou não do crime cabe ao Ministério Público, após investigação do fato pela autoridade policial. Deste modo o Conselho Tutelar não é órgão de segurança pública, não cabendo-lhe a

¹¹ Conselheiras tutelares eleitas recentemente.

realização do trabalho de investigação policial, substituindo o papel da Polícia Judiciária Civil (DIGIÁCOMO, 2012).

O que pode fazer é se prontificar a auxiliar a autoridade policial no acionamento de determinados serviços municipais que podem intervir desde logo como psicólogos e assistentes sociais com atuação junto aos CREAS/CRAS, CAPs e outros serviços públicos municipais, inclusive para evitar a revitimização da criança ou adolescente, quando da coleta de provas sobre o ocorrido. Tal intervenção tanto do Conselho Tutelar quanto dos referidos profissionais e autoridades que devem intervir no caso, no entanto, deve invariavelmente ocorrer sob a coordenação da autoridade policial (ou do Ministério Público), inclusive para evitar prejuízos na coleta de provas (DIGIÁCOMO, 2012).

O trabalho conjunto entre os vários segmentos sociais deve possibilitar que os casos de abuso sexual infantil sejam descobertos e combatidos, para que as vítimas recebam o tratamento adequado e posteriormente tenham condições de ter uma vida tranquila e saudável, sem que venha a se tornar um propagador da violência sofrida por ele.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, verificar-se que o abuso sexual infantil é uma prática bastante antiga e presente nas mais variadas sociedades em torno do mundo, no entanto só passou a ser estudada e combatida de fato na segunda metade do século XX. No Brasil este processo foi ainda mais tardio, visto que a abordagem ao assunto dependeu da importação de ideias e de pesquisas pioneiras realizadas em outros países.

A violência sexual infantil nas formas de abuso e assédio, numa ótica geral não se limita aos sofrimentos físicos, uma vez que a violência psíquica também está presente e ambas são agravadas pela negligência e abandono. Estas podem acontecer dentro da própria instituição familiar ou em outras como no caso da comunidade em que a criança ou adolescente reside ou na escola que estuda.

A negligência e abandono às vítimas de abuso sexual infantil muitas vezes podem ser provocados pelo medo de quem testemunha ou tem conhecimento das ocorrências de abuso. Em muitos casos essas pessoas evitam formalizar a denúncia por medo do agressor, de exposição pública do caso, de ser arrolada como testemunha perante a esfera judicial, entre outros.

No caso da visita ao Conselho Tutelar, percebe-se que o acompanhamento faz parte do cotidiano da equipe, que busca dialogar com os responsáveis e até mesmo com a suposta vítima. Outro dado relatado pela conselheira e que parece importante relembrar nesses parágrafos finais é a utilização do Disque 100. Este canal de atendimento foi descrito por ela como a melhor opção para se fazer uma denúncia, pois o atendimento é feito por uma equipe especializada em casos de violação dos direitos humanos (incluindo outros tipos de violências e um público mais abrangente). Além disso, o Disque 100 também é um órgão que tem acesso direto a outros (juizados, promotorias, delegacias, conselhos tutelares etc) e farão os procedimentos necessários, fiscalizando os casos denunciados e por fim dando respostas ao setor de *feedback* do Disque 100. Outra vantagem do Disque 100 é a opção de denúncia anônima, que pode vir a atender os anseios das pessoas que sentem vontade de denunciar, mas não o fazem por medo.

Conforme o decorrer da pesquisa, o abuso sexual infantil constitui-se como um desafio para o poder público e para a sociedade de maneira geral. Diante dessa problemática, a escola não é responsável para interferir nesses casos de violência e abusos contra crianças e adolescente os mesmo não possui nenhuma formação específica para atuar na cessação dos casos de abuso infantil. Vale ressaltar que seria importante a escola possuísse um psicólogo para interferir nesses casos para a prevenção, enfrentamento, lembrando que a instituição mais importante para evitar tais danos, continua sendo a família.

REFERENCIAS

Ré, Alessandro H. Nicolai. 2011. Crescimento, maturação e desenvolvimento na infância e adolescência: Implicações para o esporte. **Rev. Motricidade**. 2011, vol. 7, n. 3, pp. 55-67

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola-um olhar da psicanálise e da saúde pública**. Dissertação de mestrado/ Iniversidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro-RJ, 2008. Disponível em <http://www.uva.br/mestrado/dissertacoes_psicanalise/1_GABRIELLA_FERRARESE_BARBOSA-formas_de_prevenir_a_violencia_sexual_contra_a_crianca_na_escola_um_olhar_da_psicanalise_e_da_sa.pdf> Acessado em 03/2016.

Brino, Rachel de Faria; Giusto, Roselaine de Oliveira. Bannwart, Thais Helena. Combatendo e prevenindo os abusos e/ou maus-tratos contra crianças e adolescentes: O papel da escola. In: **Laboratório de Análise e Prevenção da Violência**, 2011. Disponível em file:///C:/Users/ANTERO/Downloads/apostila_la_prev_rachel.pdf Acesso em 06/2016.

CEREVS (Centro de Referência para Violência Sexual) - **Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes** - Coleção Conhecendo a 1ª Vara da Infância e da Juventude do DF. Brasília-DF, 2012. Disponível em <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/glossarios-e-cartilhas/violenciaSexual.pdf>>Acessado em 03/2016.

CHAUÍ, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. InCavalcanti, M. L. V. C.; Franchetto, B., &Heilborn, M. L. (Orgs.)**Perspectivas Antropológicas da mulher**(pp. 25-62).Rio de Janeiro: Zahar.

CRUZ, Maria Beatriz Zanarella; ROCHA, Giovana Cristina da. Família e escola: dois contextos inseparáveis à aprendizagem. **Rev. Educação em foco / UNISEPE** – União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa. - Amparo-SP : UNISEPE, 2014. Disponível em <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/educacao.html#>Acessado em 05/2016.

Declaração de Genebra de 1924. **A Protecção dos Direitos da Criança no sistema das Nações Unidas**. Disponível em <<http://www.gddc.pt/direitos-humanos/onu-proteccao-dh/orgaos-onu-estudos-ca-dc.html#IA>>Acessado em 06/2016

DESLANDES, Suely. Prevenir a Violência: um Desafio para Profissionais de Saúde. Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública/**Centro Latino-Americano de Estudos Sobre Violência e Saúde Jorge Careli**. Rio de Janeiro, 1994.

DIGIÁCOMO, Murillo José. O Conselho Tutelar em perguntas e respostas. In **CAOPCAE: área da Criança e do Adolescente**. Ano 2012. Disponível em <<http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1082>> Acessado em 06/2016

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal / Genival Veloso de França**. - 10. ed. - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

FERRARI, D. C. A.; VECINA, T. C. C. **O fim do silêncio na violência familiar: teoria e prática**. São Paulo: Ágora, 2004.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 16º ed. Editora Loyola. São Paulo, SP, jul de 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Ruth Cristina Soares; GHEDIN, Evandro. O Desenvolvimento na visão de Jean Piaget e suas implicações a Educação Científica. In **NUTS-Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde** da Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2011 Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1092-2.pdf>> Acesso em 04/2016.

GUIRRA, Frederico Jorge Saad. A importância da educação na vida da criança. **Revista Eletrônica da Univar** (2012) n.º8 Vol – 3 p. 91 -94

LINDA L. Dahlberg; e ETIENNE G. Krug. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(Sup): 1163-1178, 2007

NEVES, A. S., CASTRO, G. B., HAYECK, C. M., & Cury, D. G. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Rev. Temas em Psicologia** - 2010, Vol. 18, no 1, p. 99 – 111

PADILHA, Maria da Graça Saldanha. **Prevenção primária de abuso sexual:** avaliação da eficácia de um programa com adolescentes e pré-adolescência em ambiente escolar. São Carlos : UFSCar, 2007.

PEREIRA, Jean Carlos Cerqueira. A sexualidade na educação infantil. **Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades.** Direito, Relações Etnorraciais, Educação, Trabalho, Reprodução, Diversidade Sexual, Comunicação e Cultura 04 a 06 de Setembro de 2011 Centro de Convenções da Bahia Salvador, BA, 2011.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência da criança.** Editora Crítica: São Paulo, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Derli Barbosa. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: o caso de Campos dos Goytacazes-RJ. **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP. Caxambu-MG, 2008. Disponível em <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32854-40810-1-PB.pdf>> Acessado em 06/2016

SANDERSON, Christiane. (2005). **Abuso Sexual em Crianças:** Fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. (Tradução Frank de Oliveira). São Paulo: M. Books do Brasil Editora.

ZOIA, Alceu; PERIPOLLI, Odimar J. Infância indígena e outras infâncias. **InEspaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 9-24, jul./dez. 2010.